



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001970/2023-83

**Assunto:** Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº



**SECRETARIA:** Secretaria de Segurança Pública

**UNIDADE:** Polícia Civil do Estado de São Paulo

**EMENTA:** Pedido de acesso aos dados das ocorrências registradas de violência de racismo e injúria racial, no município de São Paulo, no período de 2022. Trabalhos adicionais. Não provimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00339/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão forneceu o número total de ocorrências registradas com as naturezas solicitadas e informou que a Lei de Acesso à Informação visa à disponibilização de informações e dados já existentes e custodiados pela Administração Pública, não sendo exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviços de produção ou tratamento de dados, para atendimento a pedido de informação. Em recurso o órgão informou que não possui os dados consolidados em seus bancos de dados e que direcionou a demanda à empresa contratada para prestar serviços ao Estado, solicitando um orçamento sobre os custos para a produção dos dados e, informou ainda, que estava aguardando o retorno da empresa. Insatisfeito, a cidadã interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.

3. Instado a se manifestar o órgão reiterou que não possui as informações coletadas da maneira solicitada e informou que a empresa prestadora de serviços tecnológicos ainda não encaminhou o orçamento para a produção da informação nos moldes pretendidos.
4. No caso concreto em análise verifica-se que o órgão explicou que não há funcionalidade que permita a exportação de dados da forma solicitada pela interessada, não sendo possível atender ao pedido tal como formulado de maneira simples e automática, sendo necessário procedimento de extração e apuração especial de dados que geraria custos financeiros, ainda não estimados, pois dependeria de orçamento a ser realizado por empresa prestadora de serviços, hipótese na qual seria necessário avaliar, ainda, a incidência da hipótese prevista no § 1º do artigo 12 da Lei 12.527/2011, que trata da possibilidade de "cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços".
5. Desse modo, é possível concluir que a realização de tratamento nas bases de dados por prestador de serviço de tecnologia da informação, a ser contratado, envolve muito mais do que um simples comando informatizado em determinado sistema, uma vez que, sendo uma demanda a ser realizada no âmbito de um contrato administrativo, a apuração especial deve ser revestida de toda a formalidade necessária e prevista nos diversos normativos que regem a matéria e a simples mensuração do custo de uma ordem de serviço que já incorreria em trabalho adicional de análise.
6. Assim, resta claro que a disponibilidade da informação no formato e organização desejados pelo interessado exigiria trabalhos adicionais de análise e consolidação de dados, desviando recursos humanos e materiais das atividades finalísticas do órgão demandado, prejudicando o atendimento das demais atividades da unidade.
7. Nesse sentido, cumpre esclarecer que o direito de acesso à informação não estabelece a prerrogativa do interessado requerer a produção de toda e qualquer informação, uma vez que a Lei federal 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) não exige dos órgãos públicos trabalhos desproporcionais que impactem significativamente na atividade do órgão ou entidade, entendimento que pode ser observado inclusive, na regulamentação federal sobre a matéria, a exemplo do disposto no Decreto federal nº 7.724, de 16 maio de 2012, que afasta a necessidade de atendimento de pedidos de acesso à informação que comprometam



a realização das atividades regulares acarretando prejuízo injustificado aos direitos de outros solicitantes.

8. Desta forma, considerando que o órgão justificou a impossibilidade de extração imediata e automática dos dados solicitados e esclareceu que o eventual atendimento do pedido exige a realização de trabalhos adicionais, conheço do recurso e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20, incisos I a IV, do do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 11 de outubro de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público -  
Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 11/10/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site